

voltar para a Câmara

Guilherme Baptista/FN

Reprodução/FN

Com Câmara lotada, vereadores aprovaram a abertura do processo de impeachment



Voto da vereadora Josi Paz foi decisivo

Reprodução/FN



Vereador Talis passou mal e não compareceu na sessão

carro. “Não lembro de nada”, conta. “Foi o maior susto da minha vida”, completa.

Aos 38 anos, o vereador diz que o médico diagnosticou um princípio de infarto. Por isso deve fazer novos exames e fazer tratamento com cardiologista. “Três meses atrás já tive um mal estar forte”, recorda. O vereador diz que a família, principalmente sua filha, pediram para que deixe a política, principalmente em razão de comentários com bobagens feitos em redes sociais. “Ainda vou pensar e até segunda-feira decidir”, afirmou. Sobre sua posição, se era ou não favorável a abertura do processo de impeachment, Talis disse que ainda estava decidindo. “Os fatos agora devem ser esclarecidos. Ao final tomarei a minha decisão com base em dados e fatos”, concluiu.

MUDANÇA NA COMISSÃO DO IMPEACHMENT

Logo após a votação de quarta-feira, ainda durante a sessão na Câmara foram escolhidos os três membros da comissão que coordenará o processo, ouvindo a defesa do prefeito, os autores do pedido, testemunhas e juntar os documentos para o relatório final. Por sorteio,

foram escolhidos os vereadores Valdeci, Cristiano e Érico. E entre eles foram escolhidos como presidente Érico Velten e como relator Cristiano Braatz.

Conforme Cristiano, os trabalhos da comissão devem iniciar já na próxima segunda-feira, dia 19, para quando está marcada a primeira reunião. Entretanto, ele soube que pôde ter uma mudança na comissão, pois o vereador Valdeci pode na próxima semana assumir como secretário municipal de desenvolvimento rural (agricultura). “Tem 90% de possibilidade de isso acontecer. Já tinha convite e já trabalhei na Secretaria”, declarou Valdecir. Neste caso, deverá assumir na Câmara o suplente Marcio Müller (Partido Solidariedade). E o terceiro membro da comissão deve ser sorteado entre os vereadores Josi Paz e Rose Almeida.

Os trabalhos da comissão devem ser concluídos em até 90 dias. Após, ocorre nova votação, onde novamente são necessários 7 votos para a cassação do prefeito. Se este número não for alcançado o processo é arquivado. Mas podem ocorrer outros pedidos e também transcorrem as investigações do Ministério Público que devem ser concluídas em 180 dias. (GSB)